

■ OPINIÃO

Economia Brasil

Sentimentos como o pessimismo ou o otimismo tendem a se realimentar e a se exacerbar e, com isso, acabam influindo sobre as tendências. É o que se observa no mercado financeiro brasileiro neste momento. Percepções falhas fazem com que os mercados se auto-alimentem, gerando especulações e reforçando as incertezas. O Brasil tem problemas econômicos que não irão desaparecer de uma hora para outra, mas que não podem ser analisados sem que se tenha em mente as possíveis soluções.

Fala-se muito no total da dívida pública, que já alcança R\$ 684,64 bilhões (posição ao fim de abril), correspondendo a 54,5% do Produto Interno Bruto (PIB). É um total muito elevado, se bem que há muitos países desenvolvidos cujas dívidas internas são superiores em relação a seu PIB.

Como já se tem dito, o problema da dívida pública não é exatamente o seu montante, embora a política do governo deva ser orientada para diminuí-lo, de modo a permitir que um maior volume da poupança nacional fique com

o setor privado. O problema é o perfil da dívida, que, no Brasil, é excessivamente concentrado. É preciso considerar também que a dívida do setor público é hoje mais pesada em razão de uma política de transparência que explicitou os esqueletos existentes. Ou seja, a dívida pública brasileira passou a incluir não só os compromissos da União, mas também os dos estados e municípios, refletindo a realidade do setor público no País.

Especula-se se o próximo governo terá ou não condições de administrar essa dívida. Tudo indica que sim, seja qual for o candidato à Presidência da República vitorioso nas próximas eleições. O pessimismo exacerbado ou os instintos especulativos impedem operadores do mercado de enxergarem que não há ameaça de nenhum grupo radical chegar ao poder. Pode haver alternância no poder, como em todos os regimes democráticos, mas se pode dizer com

EDITORIAL

Pessimismo cego

tranqüilidade que, qualquer que seja o resultado das urnas, o Brasil será governado por uma coalizão de centro. Não será um obstáculo insuperável para o próximo governo, qualquer que seja ele, alongar a dívida pelos mecanismos de mercado, isto é, pela negociação e sem quebra de contratos. Nos últimos meses, por sinal, não tem ocorrido outra coisa, procurando o governo melhorar, tanto quanto possível, o perfil da dívida.

No que diz respeito ao quadro político, deixa-se de levar em conta também que o Brasil tem uma posição singular entre os seus vizinhos da América do Sul por não viver uma crise de governabilidade e não estar diante da ameaça de ruptura institucional.

O risco-país tem subido de maneira irracional, sem nenhuma correspondência com os fundamentos econômicos e políticos. O superávit primário (não inclui juros) das contas públicas

é de 3,36% do PIB (posição em abril), e esse é o dado que as instituições financeiras multilaterais mais valorizam. As despesas de juros são muito pesadas (R\$ 98,56 bilhões), o que faz com que o déficit nominal alcance 4,73% do PIB. Mas convém notar que esse déficit vem caindo (em setembro de 2001 era de 7,48% do PIB).

Quanto à inflação, que era o grande flagelo nacional, ela continua sob controle. O nível dos preços, levando em conta apenas o setor privado, está em queda. O Índice de Custo de Vida (ICV), calculado pelo Dieese registrou um aumento de 0,10% em maio, a menor taxa deste ano. Já o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe/USP apurou um aumento de 0,06% em maio, devido principalmente à redução dos preços dos alimentos em razão de boas safras.

Há um outro tipo de pressão sobre a inflação, advinda dos preços administrados pelo governo ou de preços livres fixados em uma situação de monopólio ou quase monopólio, como é o caso dos preços dos combustíveis,

determinados pela Petrobras. Contudo, devemos salientar que o petróleo não constitui uma ameaça ao Brasil, quer sob o ponto de vista das contas externas, quer sob o ângulo da inflação. As cotações internacionais naturalmente variam, mas têm ficado numa faixa de US\$ 22 a US\$ 25 o barril, o que é absorvível. Acresce que a produção nacional está em 1,5 milhão de barris/dia e tende a aumentar.

O Brasil também não está em uma situação de asfixia cambial, podendo fechar o balanço de pagamentos com superávit este ano, como se verificou em anos anteriores, graças à entrada de investimentos diretos.

A economia brasileira não tem crescido em ritmo compatível com as aspirações nacionais e o País tem grandes problemas, entre eles o desemprego e o baixo nível de renda. Mas, definitivamente, não será com uma atitude cegamente pessimista que poderemos nos tornar uma nação mais próspera e mais justa.